

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

De acordo com a normatização contábil em vigor, julgue os itens que se seguem com base nas atualizações da contabilidade brasileira da última década.

- 51 Dividendos de controladas devem ser reconhecidos nas demonstrações separadas da entidade controladora no momento em que se transformarem em caixa.
- 52 O regime tributário de transição (RTT) foi um sistema facultativo de tributação criado, entre outras finalidades, para facilitar a convergência da legislação contábil brasileira às normas internacionais de contabilidade.
- 53 O princípio ou característica da prudência é conflitante com a característica qualitativa fundamental da representação fidedigna.
- 54 O registro de juros a apropriar passivos ou ativos justifica-se pelo princípio contábil do registro pelo valor original.

A respeito da elaboração do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e de operações a elas relacionadas, julgue os itens subsequentes.

- 55 O resultado abrangente expressa mutação no patrimônio líquido.
- 56 O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é registrado pelo seu custo incorrido, e está sujeito a depreciação, quando aplicável, bem como a ajuste pelo valor recuperável, caso este seja menor que o valor contábil líquido.
- 57 O excesso de ações em tesouraria é calculado pelo montante que superar o saldo de lucros e o total de reservas disponíveis, e esse excesso deve ser alienado no prazo fixado em lei, cuja expiração determina o cancelamento das ações.
- 58 No balanço patrimonial, o ativo deve ser dividido em circulante e não circulante, e este apresenta os grupos realizável a longo prazo, investimentos e intangível.
- 59 Na demonstração do resultado do exercício, a receita líquida de vendas é obtida por meio da dedução das despesas de IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido) da receita bruta de vendas.
- 60 Para obtenção do lucro antes do imposto de renda, receitas e despesas não operacionais são deduzidas dos resultados operacionais.

No que se refere à elaboração de diversas demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir.

- 61 Uma sociedade anônima de capital aberto cujo patrimônio líquido seja de R\$ 1,95 milhão será dispensada da elaboração e da publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
- 62 **Situação hipotética:** Uma entidade, em dado período, não realizou alienação de imobilizados e teve despesa de depreciação de R\$ 5.000,00; lucro líquido de R\$ 9.000,00; aumento de R\$ 12.000,00 em ativos circulantes; e aumento de R\$ 2.000,00 em passivos circulantes. Além disso, não prestou outras informações relevantes, do ponto de vista de caixa. **Assertiva:** Nessa situação, a referida entidade apresenta, nesse período, uma variação líquida nula no caixa de suas atividades operacionais.
- 63 Para obtenção da demonstração do valor adicionado (DVA) consolidada, deve-se realizar o somatório das DVA das empresas que compõem o consolidado.
- 64 O valor dos dividendos distribuídos aos proprietários a cada período e o valor do dividendo distribuído por ação podem ser evidenciados na demonstração de mutações do patrimônio líquido (DMPL).

- 65 Uma empresa que tenha, em exercícios anteriores, mudado seu critério de avaliação de estoques de PEPS para média ponderada móvel, e não tenha reconhecido o efeito dessa mudança nos respectivos exercícios, deve reconhecê-lo na demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA).

Julgue os itens subsecutivos, relativos ao tratamento contábil de ativos circulantes.

- 66 **Situação hipotética:** Uma empresa mudou seu critério de avaliação de custos de estoque de PEPS para média ponderada móvel. **Assertiva:** Nessa situação, se houver deflação no mercado dos produtos da empresa, a mudança de critério contábil adotada tenderá a reduzir o lucro bruto da empresa no exercício.
- 67 Os recebimentos em cheques ainda não depositados integram o caixa da entidade.
- 68 Um título público federal indexado à variação cambial deve ser classificado como um equivalente de caixa.
- 69 O valor de possíveis perdas de créditos a receber deve ser feito de forma retrospectiva.
- 70 **Situação hipotética:** Uma mercadoria foi adquirida pelo valor contábil líquido de R\$ 100,00 e necessitará de custos adicionais de R\$ 5,00 para poder ser colocada no mercado. O preço de venda dessa mercadoria é R\$ 115,00 e estima-se que haverá custos de venda de R\$ 4,00. **Assertiva:** Nessa situação, o valor realizável líquido dessa mercadoria é inferior a R\$ 100,00.

A respeito da mensuração e avaliação de itens patrimoniais, julgue os próximos itens.

- 71 Para definir o valor justo de um passivo, pode ser utilizado o preço cotado em um mercado ativo de dívidas ou, na impossibilidade desse primeiro critério, outra técnica de avaliação que maximize o uso de dados observáveis relevantes.
- 72 Se uma venda de mercadorias for feita por R\$ 100.000,00 a longo prazo e com R\$ 2.500,00 de juros, no momento da realização da venda, serão gerados um aumento em receita bruta de vendas de R\$ 97.500,00 e também um registro em conta redutora de contas a receber a longo prazo de R\$ 2.500,00.
- 73 Um *hedge* de valor justo é utilizável para mitigar uma exposição a variações tanto cambiais quanto de outros indexadores que possam apresentar oscilações positivas e negativas ao longo de um dado período.

Uma companhia aberta criou expectativa válida de um pagamento extra em dinheiro aos seus empregados em data futura ainda não definida. Esse pagamento independeria da ocorrência de eventos futuros incertos, não totalmente sob o controle da companhia.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

**74** A companhia assumiu uma obrigação não formalizada com os empregados e deve considerar esse compromisso como um passivo contingente.

**75** Nessa situação, trata-se de evento passado que conduz a uma obrigação presente. Assim, caso seja possível estimar de forma confiável o valor da obrigação para com os empregados, um passivo deverá ser reconhecido pela companhia.

Com relação aos critérios de avaliação e de mensuração do ativo imobilizado, julgue os itens que se seguem.

**76** A depreciação de uma máquina utilizada na produção de determinado ativo não deve ser reconhecida no resultado, mas deve ser incluída no custo do ativo produzido pela máquina.

**77** O valor depreciável de um ativo será obtido após a dedução do seu valor residual, que representa uma estimativa do valor a ser obtido com a venda desse ativo ao fim de sua vida útil, deduzidas as despesas estimadas de venda.

Julgue os itens seguintes, relativos à redução ao valor recuperável de ativo imobilizado.

**78** A mensuração do valor em uso é realizada com base em estimativas de fluxos de caixa futuros, os quais devem ser trazidos a valor presente por uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais do mercado em relação ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos do ativo que não tenham sido contemplados nas estimativas de fluxos de caixa futuros.

**79** O aumento da taxa de juros de mercado pode ser indicativo de que determinado ativo imobilizado esteja sofrendo desvalorização. Isso ocorre pela redução que o aumento da taxa de juros de mercado é capaz de provocar no valor em uso do ativo imobilizado, quando este é submetido ao teste de redução ao valor recuperável.

A Cia. ABC adquiriu uma patente capaz de lhe gerar entradas líquidas de caixa durante doze anos. Na mesma data, um terceiro assumiu o compromisso de comprar, após seis anos, essa patente da Cia. ABC por um valor equivalente a 50% do valor justo da patente na data em que esta foi adquirida. A Cia. ABC pretende honrar o compromisso assumido e vender a patente conforme o acordado.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

**80** O compromisso de venda futura desobriga a Cia. ABC de efetuar a análise quanto à redução no valor recuperável da patente durante o período em que esta estiver sob o controle da referida companhia.

**81** A patente deve ter o seu valor contábil integralmente amortizado pela Cia. ABC ao longo dos seis anos.

No que se refere à consolidação das demonstrações contábeis, julgue os itens subsequentes.

**82** Para a empresa consolidadora, a eliminação dos lucros não realizados resultantes de transações entre entidades do mesmo grupo deve ser feita a crédito de uma conta de ativo e a débito de uma conta de resultado.

**83** Os direitos de voto potenciais — como os decorrentes de instrumentos conversíveis e de opções —, somente se forem substantivos, serão considerados na determinação da entidade que detém o controle sobre uma investida.

Acerca do patrimônio líquido das sociedades por ações, julgue os itens subsequentes.

**84** As reservas de capital podem ser destinadas ao pagamento de dividendos a acionistas preferenciais, caso tal vantagem lhes tenha sido assegurada.

**85** A parcela do lucro líquido do exercício que tenha sido gerada por doações e subvenções governamentais pode, por decisão da assembleia geral, ser destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais; no entanto, essa parcela não pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Considerando o disposto na Lei n.º 12.973/2014, que, além de outras deliberações, altera a legislação tributária federal relativa ao imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (IRPJ), julgue os itens a seguir.

**86** O ganho oriundo de avaliação de ativo ou passivo a valor justo somente será contemplado no cálculo do lucro real do período em que se deu o ganho se o aumento do ativo ou a redução do passivo for evidenciado em subconta vinculada ao ativo ou passivo que tenha dado origem a tal resultado.

**87** O ajuste a valor presente incidente sobre um ativo decorrente de uma operação de longo prazo será contemplado na determinação do lucro real quando houver o reconhecimento contábil da receita ou do resultado da referida operação.

Considerando que uma empresa comercial venda mercadorias a prazo para receber o pagamento por meio de prestações que tragam juros embutidos no seu valor, julgue os itens que se seguem, relativos ao reconhecimento da receita por parte dessa empresa comercial.

**88** Os juros serão reconhecidos como receitas financeiras ao longo do prazo da operação, tomando-se por base a taxa nominal de juros da operação.

**89** O reconhecimento da receita proveniente da venda a prazo deve ser feito pelo valor presente das prestações futuras, descontados os juros embutidos nessas prestações.

No que se refere à utilização de custos para tomada de decisão, julgue os itens seguintes.

**90** Quanto maior for a margem de contribuição unitária de um produto, menor será o seu ponto de equilíbrio contábil.

**91** A existência de custos e despesas fixos provoca alavancagem operacional, fazendo que o lucro tenha um crescimento percentual inferior ao aumento percentual verificado nas receitas de vendas no mesmo período contábil.

Com relação à análise das demonstrações contábeis, julgue os próximos itens.

- 92 Se uma empresa mantiver constantes os valores de suas vendas, mas conseguir reduzir os seus custos e as suas despesas, essa empresa observará a diminuição da sua margem líquida.
- 93 A conversão de debêntures em ações aumenta o índice de liquidez geral do emitente, além de reduzir o seu grau de comprometimento financeiro com terceiros.

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens subsequentes, relativos ao reconhecimento e à mensuração de concessões.

- 94 Se uma empresa consegue estimar, com confiabilidade, o prazo de conclusão de um contrato de construção, então as receitas e os custos relacionados a esse contrato devem ser reconhecidos proporcionalmente ao tempo transcorrido até o término do período de reporte.
- 95 A remuneração recebida ou a receber por concessionário de serviço público que presta serviços de construção deve ser reconhecida como receita pelo seu valor justo. Se os serviços de construção forem pagos pelo concedente por meio da cessão do direito de cobrar esses valores diretamente dos usuários do serviço públicos, a concessionária deverá reconhecer um ativo intangível em contrapartida à receita de concessão.

Julgue o item subsecutivo, referente à fusão de empresas.

- 96 Os saldos dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido das empresas envolvidas no processo de fusão terão de ser zerados da seguinte forma: os ativos serão debitados em contrapartida a uma conta transitória criada especificamente para atender ao processo de fusão; e os passivos e o patrimônio líquido serão creditados em contrapartida à mesma conta transitória de fusão.

Com relação a orçamento público e orçamento-programa, julgue os itens a seguir.

- 97 No que diz respeito ao orçamento-programa, o programa em si é o nível máximo de classificação do trabalho a ser executado pelas unidades administrativas superiores, ao passo que as atividades são partes ou divisões do esforço total, realizados com o propósito de contribuir para a realização do produto final.
- 98 O orçamento público tradicional é um instrumento disciplinador das finanças públicas, uma ferramenta de controle e um documento com previsão de metas sociais a serem alcançadas.

A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei do orçamento anual (LOA), julgue os seguintes itens.

- 99 Segundo o texto constitucional, transferências de recursos do Tesouro para empresas públicas devem estar previstas na LOA do ano em que ocorrerão e dependem, portanto, de aprovação parlamentar.
- 100 A LOA deve conter a reserva de contingência, destinada aos passivos contingentes, cuja forma de utilização e o seu montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.
- 101 O anexo de metas fiscais, documento constante da LDO, conterá a evolução do patrimônio líquido, facultando-se a apresentação da origem e da aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- 102 Além de ser um documento em que o governo declara e organiza sua atuação, o PPA permite à sociedade exercer controle sobre a ação pública ao explicitar as políticas de estado que devem ser seguidas pelos diversos agentes e órgãos da administração pública.
- 103 **Situação hipotética:** Mediante processo seletivo regularmente realizado, um ente público da administração direta contratou pessoal para trabalhos administrativos, embora não houvesse autorização específica na LDO. **Assertiva:** Nessa situação, a ação realizada pelo ente deve ser considerada legal se, à época da contratação, existisse dotação orçamentária suficiente para pagamento dos salários no ano de contratação.
- 104 Na elaboração e execução do PPA e do orçamento da União, as ações finalísticas do governo federal serão estruturadas em programas orientados para a consecução dos objetivos estratégicos e cada programa deve apresentar, entre outros requisitos, a regionalização das metas por estados da federação.

A respeito da classificação da despesa pública, julgue os próximos itens.

- 105 A classificação programática da despesa permite a segregação das dotações orçamentárias de acordo com as funções das áreas de atuação governamental.
- 106 Devem ser classificadas na categoria econômica de despesas de capital, no subtítulo investimentos, as despesas de um ente público com a aquisição de títulos representativos do capital de empresa comercial já constituída e que não represente aumento de capital.
- 107 A classificação institucional da despesa permite a identificação da unidade administrativa responsável pelas dotações autorizadas pelo Legislativo.
- 108 Na LOA, a discriminação da despesa, quanto à natureza, deve ser feita, no mínimo, por categoria econômica ou grupo de natureza de despesa.

Acerca da classificação da receita pública, julgue os itens subsequentes.

- 109** Na classificação por categoria econômica das receitas, o superávit do orçamento corrente, compreendido como valor excedente entre receitas e despesas correntes, deve ser classificado como receita corrente.
- 110** A alienação de bens em que o valor da venda é superior ao valor contabilmente registrado no patrimônio do ente público alienante é uma exceção à regra de que receitas de capital nada acrescem ao patrimônio público.
- 111** Tanto as receitas classificadas na categoria econômica de receita corrente tributária quanto as receitas compulsórias têm, após arrecadadas, destinação específica estabelecida em dispositivos constitucionais.

A correção de falhas na lei do orçamento ou o atendimento a situações emergenciais podem ser feitos por meio de instrumentos de ajustes orçamentários, a exemplo dos créditos adicionais. A respeito desse assunto, julgue os itens subsequentes.

- 112** Os membros do Legislativo podem incluir, no projeto de lei orçamentária que lhe foi encaminhado pelo Executivo, dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais extraordinários destinados ao reforço de dotações orçamentárias.
- 113** Entre os recursos que podem ser destinados a créditos adicionais, incluem-se os resultantes de anulação parcial ou total de outros créditos adicionais já autorizados em lei.

A respeito do ciclo orçamentário e todas as fases que o compõem, julgue os itens que se seguem.

- 114** O documento encaminhado pelo relator do projeto de LOA à apreciação do Poder Legislativo resulta da fusão do projeto de lei inicial, remetido pelo chefe do Poder Executivo, com as emendas aprovadas pelos parlamentares.
- 115** O exercício financeiro coincide com o ano civil, ao passo que o ciclo orçamentário tem duração variável em função das várias fases de elaboração da proposta orçamentária, que incluem a apreciação, a aprovação, o controle e a avaliação do orçamento.
- 116** **Situação hipotética:** Na apresentação de emenda ao projeto de LOA, um parlamentar indicou os recursos necessários ao atendimento de novas despesas na área da saúde, que foram originados de anulação de despesa prevista com passagens. **Assertiva:** Nessa situação, a referida proposta é compatível com a competência legislativa prevista pelo texto constitucional.

Julgue os itens a seguir, relativos a estágios e execução de receitas e despesas públicas.

- 117** Deve ser registrado no montante global o empenho de despesas contratuais sujeitas a parcelamento, como é o caso do empenho referente a pagamento de energia elétrica e água, por exemplo, cujos valores exatos só são conhecidos mês a mês.
- 118** Entre os estágios da receita, está o lançamento de créditos a serem arrecadados no ano em questão, que deve ser feito com base em previsão de receitas fundamentada em uma série histórica de arrecadação combinada com eventuais mudanças na legislação, entre outros elementos.

No que se refere à Conta Única do Tesouro Nacional, julgue os seguintes itens.

- 119** Cabe ao Banco Central do Brasil a função de agente financeiro do Tesouro com a atribuição, entre outras, de realizar pagamentos com os fundos depositados na Conta Única do Tesouro Nacional.
- 120** O estágio da receita conhecido como arrecadação é determinado pelo recolhimento dos valores recebidos pelos agentes arrecadadores para a Conta Única do Tesouro Nacional, sendo vedada a divisão dos recursos em contas especiais.

Espaço livre